

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.771 - RJ  
(2019/0137650-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : PAULO SERGIO DA COSTA MOREIRA**  
**ADVOGADOS : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS E OUTRO(S) -**  
**RJ057739**  
**GILBERTO DA SILVA COSTA FILHO - RJ088682**  
**LÍVIA DO ESPIRITO SANTO COSTA - RJ101764**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por PAULO SERGIO DA COSTA MOREIRA, à decisão de fls. 196/197, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

1. Trata a espécie, em sua origem, de exceção de pré-executividade oposta pelo ora Embargante, com o fim de afastar a responsabilidade tributária que lhe fora imposta por (indevido) redirecionamento, realizado em sede de execução fiscal, fundado no artigo 135, III do CTN, partindo da premissa equivocada de que o mesmo seria responsável pelos débitos da Cooperativa originalmente executada, ao argumento de que esta teria sido irregularmente dissolvida.

[...]

2. Interposto recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão referida acima, foi-lhe negado provimento, mantendo-se o redirecionamento da execução, sob o mesmo fundamento, qual seja, de que a sociedade teria sido dissolvida irregularmente.

[...]

5. Sucede que, data máxima vênia, a decisão que não conheceu do Agravo em Recurso Especial não observou que o recurso foi interposto pelo advogado originalmente constituído nos autos – e subscritor do presente – o que faz com que a hipótese vertente não se enquadre, por exemplo, na hipótese de incidência da Súmula 115 desse e. STJ.

6. Assim, sem levar em consideração que o recurso inadmitido foi interposto pelo advogado Mauro Roberto Gomes de Mattos, através de seu certificado digital - patrono do Recorrente originalmente constituído nos autos – dá-se ensejo a omissão e/ou ao erro material que se visa eliminar por meio destes embargos.

7. Com efeito, a omissão e/ou erro material ora arguidos residem no fato de que essa e. Corte não considerou a certificação digital do patrono que fez a interposição do recurso, sendo certo que o sistema de protocolo não exige a assinatura eletrônica da peça recursal, como o faz, por exemplo, o sistema do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (fls. 200/201).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

No caso, os recorrentes, no momento da interposição do agravo, não procederam à juntada da cadeia completa de procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS.

Não tem o condão de sanar tal vício a alegação da existência de procuração em autos principais, pois cabe à parte providenciar a juntada de cópia ou novo instrumento aos autos onde pretende interpor o recurso. A responsabilidade pelo traslado do instrumento é da parte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PARADIGMA PROFERIDO PELA MESMA TURMA DO ACÓRDÃO EMBARGADO NÃO SE PRESTA À CONFIGURAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.

JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. SÚMULA 168/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. "Segundo a jurisprudência da Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, não se presta à configuração do dissídio jurisprudencial, viabilizador dos embargos de divergência, aresto prolatado pela mesma Turma que julgou o acórdão embargado". (AgInt nos EAREsp 777.815/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/06/2016, DJe 29/06/2016).

2. Não prospera a pretensão recursal, na medida em que o acórdão embargado decidiu no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte, pois que a procuração juntada em outro processo conexo ou incidental, não apensado, não produz efeito em favor do recorrente neste Tribunal Superior. O entendimento uniforme é de que cabe ao recorrente diligenciar, nos autos do recurso a ser julgado nesta Corte, a regularidade da representação processual mediante a juntada do respectivo instrumento de mandato e da cadeia de substabelecimentos

# Superior Tribunal de Justiça

existente, passada ao subscritor da peça recursal. Sem isso, não se pode, de fato, conhecer do recurso.

3. In casu, incide a Súmula 168 do STJ, segundo a qual "não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

4. *Agravo interno a que se nega provimento* (AgInt nos EAREsp 416.557/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/09/2016, DJe 07/10/2016.)

Registre-se que foi percebida, nesta Corte, a irregularidade na representação processual, razão pela qual houve a intimação da parte embargante para que o referido vício fosse sanado.

Apesar disso, mesmo tendo sido regularmente intimada para efetuar o saneamento, a parte limitou-se a apresentar apenas um substabelecimento (191). Diante disso, foi feita a decisão, ora embargada, não conhecendo do recurso. Somente, em momento posterior, houve a juntada da procuração (fl. 212), no entanto, não pode ser aceita, em razão da preclusão consumativa (AgInt no REsp 1630054/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 4/4/2017, DJe de 11/4/2017.)

Outrossim, veja-se que é irrelevante que o advogado esteja cadastrado nos órgãos de intimação do Tribunal de origem, pois "o eventual cadastro do advogado no sistema processual eletrônico do Tribunal de origem (que o autoriza a protocolar petição eletrônica por meio da assinatura digital) não supre a necessidade da juntada de procuração ou substabelecimento para fins de interposição de recurso dirigido a este Tribunal" (AgInt no AREsp 901.032/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 10/11/2016, DJe de 18/11/2016.)

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

